RECENSÕES

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO — *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 306.

Divide-se este livro em quatro partes e, cronologicamente, em dois momentos: o Humanismo no tempo de Cataldo, o Humanismo depois de Cataldo. Na verdade, o humanista italiano, cuja obra de há muito o Professor Costa Ramalho vem dando a conhecer, desempenhou entre nós papel relevantíssimo na divulgação das formas e dos valores do humanismo. Além de promotor das belas letras no espaço da Corte, Cataldo contribuiu também no plano dos ideais pedagógicos para a difusão de modelos éticos de teor renascentista, como se pode ver no retrato que traça de João Rodrigues de Sá de Meneses, exemplo de *optimus uir* humanista. Cataldo distingue-o pela «bela aparência física, talento, boas maneiras, óptimos costumes, eloquência suave», como se no fidalgo português concorressem aquelas virtudes que anos depois B. Castiglione reclamará para o seu *Cortegiano* (1528). As condições da vida material do Renascimento italiano, tal como o viu J. Burckhardt, parecem corporizar-se na elegia e nos epigramas que Cataldo dirige a Pedro Homem, cujo peito, no dizer de Cataldo, estava cheio de doutrina socrática. Nessas composições dedicadas ao estribeiro-mor, Cataldo descreve o viver requintado da época, as caçadas, o fausto da casa de Pedro Homem, os seus jardins. O espírito do humanismo renascentista ressuma ainda de uma epístola de Cataldo a Marineo, texto também traduzido e comentado. Cataldo argumenta em favor da acumulação de riqueza, contanto que se use «dos bens adquiridos, não mal, mas bem, para o serviço de Deus». Embora surpreendente, sobretudo pelo tom usado, esta defesa dos valores profanos não feriria ao tempo a sensibilidade católica; anos mais tarde Santo Inácio, advogando a indiferença a todas as coisas criadas, afirmará que o homem tanto há-de usar delas, quanto o ajudem para o seu fim, e tanto deve privar-se delas, quanto disso o impeçam (*EE* 23).

Regressa o autor, na primeira parte da sua obra, à controversa questão da origem e início do Humanismo em Portugal. Recorrendo a excertos da produção poética, oratória e epistolar de Cataldo, Costa Ramalho de novo propõe como termo *a quo* do Humanismo em Portugal a chegada do humanista italiano em 1485, «data meramente simbólica» que, no entanto, marca o início da difusão dos métodos humanistas, dirigida à correcção no uso da língua latina, moldada agora pelo convívio com os modelos clássicos. É o próprio Cataldo quem se encarrega de lembrar, na *Querimonia*, os serviços prestados a Portugal, dos quais o maior seria o seu esforço para repelir a inata barbárie lusitana (cf. com Nebrija em Espanha).

No entanto, há quem considere «que não há humanismo num país, antes de nele aparecer a primeira edição crítica de um autor da Antiguidade Clássica, feita por um natu-

ral desse país», e que tal texto fundador só surgirá em 1529 com a edição da *Epístola de Plínio* por Martim de Figueiredo. Costa Ramalho rejeita tal teoria visto assentar num erro: o texto latino não é do português mas do seu mestre italiano, Angelo Poliziano. À objecção de que seria necessário um período de paz social e de sossego político para o florescimento das Humanidades, contrapõe o autor, fundando-se em testemunhos vários e cruzando fontes diversas, que os últimos 10 anos do governo do Príncipe Perfeito foram dos mais felizes que Portugal conheceu. De facto, quem circunscreve o Humanismo em Portugal a um curto período do reinado de D. João III, desde a reforma da Universidade e sua transferência para Coimbra à entrega do Colégio das Artes aos Jesuítas, esquece que, tanto na Itália como noutros lugares, os primórdios do Humanismo foram marcados pelo conflito com as instâncias universitárias. Não foi na Universidade que o humanismo floriu nem aí que vingou. Veja-se, por exemplo, a acção da corte aragonesa de Afonso V em Nápoles, ou, em sentido contrário, a continuada reacção anti-humanista da Universidade de Paris. É neste quadro que convirá situar a hostilidade de Cataldo para com os *theologiculi*, patente, por exemplo, numa carta a D. Fernando de Meneses que «é o primeiro manifesto publicado entre nós contra a barbárie gótica». Como nota o Prof. Costa Ramalho, o humanismo de Cataldo, e podíamos dizer o humanismo em geral, é mais da Corte que da Universidade. Era humanista de Corte Mateus de Pisano, autor do *De Bello Septensi*, «o primeiro texto latino que possuímos de irrefutável teor humanístico». Eram humanistas de Corte D. Garcia de Meneses e Cataldo; e o conde de Alcoutim, quando pronuncia a sua *oratio* perante a Universidade, não pertencia à corporação, como não pertenciam outros oradores na Universidade, André de Resende ou Jerónimo Cardoso.

Outras razões de interesse se encontram no latim dos humanistas. Cataldo não é alheio ao clima de exaltação nacional, ao espírito épico que vai germinando. A expansão portuguesa motiva o seu poema *Arcitinge*, reflecte-se no discurso de 1490 quando anuncia a abertura da rota da Índia, insinua-se em cartas a D. Manuel, numa epístola a Martim de Sousa (através do tópico recorrente das armas e das letras) e ainda na *oratio* de D. Pedro de Meneses. Sobre a relevância da literatura novilatina para a história das conquistas e da expansão, veja-se o artigo «Os humanistas e a divulgação dos Descobrimentos» em que se elencam muitos textos desde o *De Bello Septensi* de Mateus de Pisano (1460), ao *De rebus Emmanuelis gestis* de Jerónimo Osório (1571), fonte usada nos *Essais* (39) por Montaigne.

De entre os portugueses que estudaram em Itália, Costa Ramalho destaca Henrique Caiado e os dois livros que reúnem as suas éclogas, silvas e epigramas. Modernamente traduzido e editado em várias antologias, mercê das referências que lhe faz Erasmo nos *Adagia* e no *Ciceronianus*, Caiado foi, observa o autor, o poeta novilatino português com mais fortuna internacional. Caiado, no entanto, não foi só poeta estimável e estimado; embora menos conhecidas, têm também o seu interesse as *orationes*, de que se conhecem vários exemplares em bibliotecas estrangeiras (*Hermici oratio cum epistola ad Bartholomeum Blanchinum Bononiensem*, Veneza, Bernardinus Vitalis Venetus, 1504; *Hermici oratio cum epistola ad Lodouicum Leonem Patauinum iuris consultum*, Veneza, Bernardinus Vitalis Venetus, 1507; vd. reedição em fac-símile de A. Moreira de Sá).

Corrigindo, acrescentando ou revelando novos dados, continua o Professor Costa Ramalho pesquisas anteriores em torno de figuras como Henrique Caiado, Diogo de Teive, António Luís, Pedro Sanches ou João de Barros.

Pode-se ver como os textos humanísticos se tornam fonte importante para o conhecimento da vida diplomática e da política internacional. Em «Uma indiscrição de Diogo de Teive» encontramos a revelação de uma confidência relativa à dádiva de uma soma exorbitante a um embaixador estrangeiro que, observa Costa Ramalho, só poderia ser Luiz Sarmiento, o embaixador de Carlos V, destinando-se essa quantia a comprar o seu silêncio quanto às manobras de D. João III que impediram o casamento da Infanta D. Maria e a saída do respectivo dote.

Também a presença da obra de Erasmo na cultura portuguesa merece a atenção do autor, mormente em três artigos «Erasmo em Portugal no século XVI», «António Luís, corrector de Erasmo» e, ainda, em «O poema *De superstitionibus Abrantinorum* de Pedro Sanches», crítica mordaz, em clave erasmista, aos excessos da religiosidade popular. No primeiro trabalho é de salientar, pela novidade, o testemunho da correspondência latina de Rodrigo Sanches: embora o capelão de D. Catarina omita o nome de Erasmo, as suas epístolas «estão polvilhadas de provérbios que se encontram quase todos entre os *Adagia* de Erasmo», p. 73. É conhecido o erasmismo do séquito de D. Catarina; há recibos assinados por Sanches relativos à aquisição de exemplares dos *Colloquia* de Erasmo para uso dos seus alunos na corte portuguesa (entre eles a Infanta D. Maria, que depois viria a casar com Filipe II, e o sobrinho do humanista, o celebrado Francisco Sánchez, el Brocense). Em 1548 António Luís criticava as traduções erasmianas da obra de Galeno. Recorrendo ao auto inquisitorial, Costa Ramalho traça-lhe a biografia. Cristão novo, denunciado por senhoria beata e coscuvilheira, António Luís é acusado de judaizante, de tresladar a Bíblia em linguagem e de escrever em grego e hebraico. Costa Ramalho, por isso, duvida da sinceridade do seu anti-erasmismo. Analisa as críticas do médico humanista à versão erasmiana da *Exortação ao estudo das Belas Letras*. Nesse protréptico Galeno exaltara as vantagens da cultura do espírito, apologia da *humanitas* que quadrava bem ao gosto erasmiano. Ramalho releva a impertinência de algumas críticas, preferindo muitas propostas de Erasmo. Só num ou noutro caso reconhece a justeza das sugestões do português: «Poucas são, na verdade, as [correcções] que conseguem provar o descuido de Erasmo e, ainda menos, a sua falta de competência», e conclui: «António Luís, ao criticar Erasmo, mostra saber grego, mas exagera os defeitos de Erasmo como tradutor», p. 90.

A recepção de temas e tópicos da literatura greco-latina é tratada em «Terâmenes nos humanistas portugueses». Nas *orationes* universitárias de D. Pedro de Meneses (1504) e de Pedro Fernandes (1550) a reputação de Terâmenes, escreve Costa Ramalho, «é brilhante, elevada e não conhece reservas», embora Terâmenes nas *Rãs* de Aristófanes seja um vira-casacas sem escrúpulos, um *sophós*, por isso ganhando entre os Gregos a alcunha de coturno (só Aristóteles faz dele uma apreciação positiva). D. Pedro de Meneses e Pedro Fernandes servem-se, como era de esperar, de fontes latinas, um passo das *Tusculanae* e outro do *De oratore* de Cícero. Em «Dois ditos portugueses» indica-se a fonte de uma festejada resposta na ponta da língua; D. Jorge, pensando em segundas núpcias, contesta a oposição dos filhos com palavras atribuídas a Catão nas *Vidas Paralelas* de Plutarco: quer casar de novo para poder haver filhos tão virtuosos como os que já tem. Na «Nótula sobre o brasão de Coimbra» mostra-se como na poesia novilatina as muralhas de Coimbra passaram a ser *hercúleas*.

Entretanto, nos últimos anos, novos interesses motivaram as pesquisas do investigador. Assim encontramos um grupo de textos sobre a formação humanista e a produção poética do P. José de Anchieta *excelente prosador latino e poeta verdadeiramente excepcional*, «José de Anchieta em Coimbra», «Estudante no Colégio das Artes», a que se seguem recensões aos livros *As poesias de Anchieta em português. Estabelecimento do texto e apreciação literária* de Leodegário de Azevedo Filho e Sílvio Elia, *A obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal*, de Leodegário de Azevedo Filho, e *Padre Joseph de Anchieta, S. I., De Gestis Mendi de Saa*, do P. Armando Cardoso. É de notar a refutação da tese de Leodegário de Azevedo Filho, segundo a qual Anchieta dominava o latim por ser eclesiástico *e jamais por ter recebido qualquer influência do Renascimento.*

Vem, na terceira parte do livro, um conjunto de trabalhos sobre «Os quatro fidalgos japoneses (1582-1590)», a propósito do *De missione legatorum Iaponensium*, diálogo em latim composto pelo jesuíta Duarte de Sande, um extraordinário livro de viagens do qual deu há pouco o Professor Costa Ramalho tradução portuguesa (*Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores japoneses à Cúria Romana*, Macau, 1997).

Em «O padre Duarte de Sande, S. I., verdadeiro autor do *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam [...] Dialogus*», demonstra-se à saciedade que foi o jesuíta português quem o redigiu: «com estas três provas, a saber, a carta de Valignano e a de Duarte de Sande, e o parecer subscrito pelo próprio Valignano, creio que ficou documentalmente demonstrado que o autor do *De Missione* é o padre Duarte de Sande», p. 214. Trata-se de um livro muito interessante apresentado pelo próprio padre Sande como forma de promover o encontro de culturas. O diálogo, extraído do Diário dos próprios embaixadores e vertido em latim pelo P. Sande, veio a lume em Macau, na Casa da Companhia de Jesus, no ano de 1590. Foi, portanto, o segundo livro em caracteres móveis saído das oficinas macaenses dos jesuítas.

Nos artigos «A Missão Japonesa (1582-1590)», «Portugueses e Japoneses no *Dialogus* de Duarte de Sande (1590)», «Os quatro fidalgos japões em Coimbra (1585)» e «Aspectos da vida escolar ibérica, segundo o *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam*» resumem-se os factos que motivaram o diálogo bem como parte da informação que contém. Quatro jovens aristocratas japoneses partiram de Nagasáqui a 20.2.1582 com destino a Roma, para prestarem obediência ao Papa em nome de três príncipes nipónicos. Eram acompanhados por um aio, o P. Nuno Rodrigues, e por um intérprete, o P. Diogo de Mesquita. Chegaram a Roma em 1585. Viram subir ao sólio pontifício Sisto V. Regressaram em Julho de 1590, após oito anos de viagem.

As diferenças civilizacionais e culturais não deixam de ser vincadas ao longo do diálogo, a respeito, por exemplo, do apodo *bárbaro*. Um dos motivos de reparo para os japoneses era o portuguesíssimo e pelos vistos ancestral hábito de escarrar no chão. Da nossa defesa encarrega-se o japonês Miguel: *não pensarás do mesmo modo, se tiveres em conta a sua maneira de sentar-se: porque se sentam em cadeiras, não fazem uso daquelas nossas coberturas de palha, mas dum soalho construído apenas de pedra* [o que mais impressionava era o facto de tão civilizado acto se praticar... dentro das próprias igrejas]. *Daí que cuspir e escarrar no chão não lhes pareça impróprio, principalmente porque até nisso costumam ser cautelosos e circunspectos.* O conflito entre ocidentalizantes e nacionalistas evidencia-se com verosimilhança na réplica de Leão, uma das personagens

do diálogo que não fez a viagem: *parece-me que despistes inteiramente a natureza nipónica, para vestir à europeia, quando até a maneira de sentar, tanto vos agrada.*

No regresso de Roma os embaixadores pararam em Coimbra. Descrevem-se os monumentos da cidade: Santa Cruz e suas relíquias; a Sé Velha e o brilho interior do templo revestido de azulejos polícromos (fabricados em 1503, foram, desgraçadamente, em tempos de manias repristinatórias, desmontados durante as obras de restauro iniciadas em 1893); descrevem-se a ponte manuelina, o castelo, o palácio real cedido à Universidade, o recente aqueduto de S. Sebastião e, claro está, o Colégio da Companhia. Quanto ao Colégio das Artes tinha, nesse ano de 1585, vinte professores, dois mil alunos externos e à volta de duzentos da Companhia. Os japoneses foram recebidos nas classes mais adiantadas de latim, e em latim assistiram a exibições literárias como a representação, durante sete horas seguidas, da tragédia *Ioannes Baptista* do jesuíta António de Abreu.

Finalmente num último apartado, «Recentiora», juntam-se dois estudos dedicados a temas que fogem ao âmbito temporal deste livro: o ensino da língua grega na Reforma Pombalina, a presença do Latim na obra de Camilo. No primeiro dá-se a conhecer um programa de exame de Grego da Reforma Pombalina. Em «Camilo e o Latim» o autor apresenta uma selecção bem-humorada de múltiplos e variados excertos da produção camiliana que comprovam a formação latina do romancista (*A Mulher Fatal, Noites de Lamego, Novelas do Minho, A Queda dum Anjo, Doze Casamentos Felizes, Cenas da Foz, Cousas Leves e Pesadas*).

O leitor atento facilmente perceberá algumas gralhas que escaparam à revisão de provas. Anotem-se apenas as mais incómodas: na p. 15 onde se lê *1448*, leia-se *1548*; na p. 20 onde se lê *Martim de Pisano*, leia-se *Mateus de Pisano*, na p. 67 onde se lê *Foreito*, leia-se *Foreiro*, na p. 73 onde se lê *Leterus*, leia-se *Luterus*, na p. 120 onde se lê *Jerónimo*, leia-se *jerónimo*, na p. 184 onde se lê *de ajuntam*, leia-se *se ajuntam* e na p. 186 onde se lê *uariis loeis*, leia-se *uariis locis*.

Em conclusão, trata-se de um livro riquíssimo de informações, sempre estribadas nos textos latinos dos nossos humanistas, um livro que aponta também o muito que ainda há a fazer: do *De bello Septensi* «ainda agora não possuímos um texto latino que mereça confiança», a *Ropicapnefma* e a *Eufrósina* precisam «não apenas da edição do texto, mas também de um bom comentário», «António Luís é mal conhecido e faz falta um estudo sobre a sua formação e actividade como professor, investigador, cientista e filósofo», «os tratados de D. Jerónimo Osório estão a precisar de tradução portuguesa».

Belmiro Fernandes Pereira

Ágora. Estudos Clássicos em Debate, I, Aveiro, 1999

Se, durante muito tempo, a investigação no âmbito dos Estudos Clássicos e Humanísticos, em Portugal, se viu confinada, basicamente, a duas revistas científicas, a *Humanitas* de Coimbra e a *Euphrosyne* de Lisboa, nos anos mais recentes, o acréscimo de interesse por este ramo do saber resultou no aparecimento de novas publicações periódicas, umas de intenção mais didáctico-pedagógica, outras com vocação mais interdisciplinar. Ao primeiro grupo pertencem o *Boletim de Estudos Clássicos* e a revista *Classica*, editadas em Coimbra e em Lisboa, respectivamente. No segundo grupo são de referir *Máthesis*, revista do Centro Regional de Viseu da Universidade Católica, e, agora também, a *Ágora*, iniciativa da Área de Estudos Clássicos do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Pelo primeiro número merece já os maiores encómios, desde logo pelo bom gosto revelado na sua apresentação gráfica. Como escreve o Reitor da Universidade, na mensagem que abre este volume, trata-se de uma «demonstração de energia e de compreensão das necessidades do mundo universitário», sinal do desenvolvimento alcançado num «domínio de estudos de fundamental importância para o projecto da Universidade de Aveiro». Na verdade, são devidas as maiores felicitações a quem ousou criar este espaço de encontro e convívio intelectual, nestes tempos de fascínio pelas vantagens imediatas dos conhecimentos e das técnicas. Abaladas as grandes certezas, perante as interrogações que a todos inquietam, é mister regressar à "madre antiga", accionando a memória da herança clássica, esse fundo sempre actuante na língua, nas formas de pensar e nas doutrinas, na organização social e política.

Este primeiro número cumpre os propósitos enunciados pelo seu Director. Reúne artigos de estudiosos de várias universidades sobre assuntos da Antiguidade clássica, mas também sobre a pervivência do legado antigo no Renascimento, no Barroco e no Iluminismo, e ainda em escritores portugueses contemporâneos.

Maria Helena da Rocha Pereira escreve sobre a presença da paisagem grega, real e espiritual, na obra poética de Sophia de Mello Breyner, Eugénio de Andrade, Manuel Alegre e José Augusto Seabra. Mostra a autora como o esplendor cultural da Grécia passou aos Romanos, alimentou o humanismo do Renascimento e fascinou o romantismo alemão, tanto na literatura, como na arte e no ensino. São recordadas composições de poetas que se deixaram seduzir pelo sortilégio helénico: Hölderlin, Shelley, Byron, Vítor Hugo. Buscando reflexos de temas de origem grega no imaginário dos poetas portugueses escolhidos, conclui-se que em todos eles a Grécia surge como pátria intelectual, berço da liberdade e da justiça, da sabedoria e da beleza. Detém M. H. Rocha Pereira a sua

atenção na pregnância dos tópicos revisitados: o oráculo da Sibila, os lugares sagrados, o *locus amoenus* do *Fedro* platónico, o exilado Ulisses, Apolo e Píton, os *Persas* de Ésquilo e a luta pela liberdade. O processo de transmissão representa-o Sophia em *Epidauro 62*, na imagem do ressoar das vozes antigas subindo os degraus das idades futuras: *Ouvi a voz subir os últimos degraus/ Oiço a palavra alada impessoal/ Que reconheço por não ser já minha.*

Ao último género literário criado pelos antigos, dedica Jacyntho Lins Brandão o artigo *O narrador no romance grego*. Forma híbrida e sincrética, o romance é definido como género sem teoria, permanentemente em constituição. Descrito o *corpus* textual do romance antigo, Lins Brandão analisa os modos de apresentação e de representação do narrador, nas suas diversas espécies, o narrador-personagem, o autor-narrador-personagem e outras variantes construídas a partir do modelo óbvio, a *Odisseia*.

Maria de Fátima Sousa e Silva apresenta o *Corpo de Helena*, primeira obra dramática de Paulo José Miranda, peça em que se procede a uma reelaboração do mito de Menelau e Helena. Subjugado ao poder do amor e dos sentidos, o rei de Esparta é, nesta nova versão da história, o protagonista, herói solitário e proscrito, que não pretende lavar a honra, mas apenas recuperar o amor da mais bela das mulheres, assim se desenvolvendo o tema da inutilidade da guerra.

Carlos Morais estuda a gramática de Grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da reforma pombalina. Simplicidade, clareza e facilidade, princípios hauridos no método jansenista de Port-Royal, sintetizam a essência da nova ordem pedagógica instituída, em 28 de Junho de 1759, pelo *Alvará Régio* e pelas *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica*. Demonstra o autor a influência de Verney e de Rollin na redacção das *Instrucçoens*. Facilidade e brevidade caracterizam também os livros adoptados pela Reforma: a *Colecção de Patuza*, antologia da Academia Real de Nápoles, o dicionário de Kornelis Schrevel e o *Epitome do Methodo de Port-Royal* que devia substituir as gramáticas de Clenardo e Gretser. Traçada a biografia de João Jacinto de Magalhães (1722-1790), examina-se então o seu *Novo Epitome de Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Lingoa Portugueza para uso das Novas Escolas de Portugal*, tradução do compêndio de Lancelot, corrigido e adaptado, que «ficou como a primeira gramática de Grego impressa em língua portuguesa». O uso do vernáculo enquanto língua de explicação gramatical e de comunicação escolar não era novidade. Este princípio, estabelecido nas *Instrucçoens*, tem origem, como diz o autor, nos métodos da escola jansenista. Mas podemos recuar à segunda metade do séc. XVI e filiar tal prática nas doutrinas de Pierre de la Ramée, o inventor do 'método'; com efeito, Francisco Sánchez de las Brozas, o Brocense, conhecido ramista, aplicava esses princípios pedagógicos em Salamanca, com incómodo e prejuízo da sua pessoa. Finalmente, Carlos Morais, contra o que se tem escrito, sustenta, de forma convincente, que foi larga a aceitação e influência da gramática de Magalhães, «não só satisfez, como ainda foi amplamente usada».

Em *A estética barroca do Latim da Clavis Prophetarum do P. António Vieira*, Arnaldo do Espírito Santo procede à análise estilística do livro III, encetando uma pesquisa que permitirá reconhecer na *Clavis* o que é ou não de Vieira. Para breve anuncia-se a edição crítica e tradução desta obra. No sumário da história do texto vieiriano há uma pequena incorrecção: o P. Tirso González, não foi o «5.º sucessor de Santo Inácio»,

mas sim o 13.º Geral, ou se se quiser, o 12.º sucessor de Santo Inácio. Mostra o autor como o barroco significou em parte um regresso a práticas medievais; Vieira não utiliza a prosódia clássica, mas o sistema rítmico do *cursus* medieval. Conservando as características do discurso escolástico, a oratória barroca retorna ao *sermo modernus*, às velhas *distinctiones* e *divisiones*. Ao nível temático, porém, a trave-mestra da *Clavis*, a teoria de que a acção desenvolvida pelos portugueses, ou seja, a pregação universal do Evangelho, aproxima a consumação dos tempos e o advento do Reino de Cristo na Terra, é ideia que remonta ao espírito épico da oratória humanista, que via na propagação da fé o caminho de regresso à idade do ouro, consubstanciada na unidade do género humano, forma de cristianizar o mito antigo que tanto fascinava os humanistas do Renascimento.

Carlos Mora ocupa-se das leituras dos humanistas, rastreando as fontes secundárias da poesia de Manuel da Costa. Defende o autor a presença de um espírito épico nas composições do humanista português, mitigando assim a afirmação corrente segundo a qual não há obras épicas em latim no humanismo renascentista português. Tal ideia, de facto, não só deve ser matizada, como em parte contestada. Na verdade conhecem-se alguns poemas épicos em latim renascentista, embora não alcancem o fôlego das epopeias antigas: a *Arcitinge* de Cataldo, o primeiro poema heróico que em Portugal se publicou sobre a expansão ultramarina (traduzido pelo Professor Costa Ramalho na antologia *Latim renascentista em Portugal,* pp. 64-97), um poema de André de Resende sobre a vitórias de D. Luís de Ataíde na Índia, o *De Gestis Mendi de Saa* do P. José de Anchieta, mais de três mil versos que narram os feitos do terceiro governador-geral do Brasil, no dizer de Costa Ramalho, um dos mais belos exemplares da épica novilatina renascentista. Este estudo, interessante a vários títulos, merecia revisão mais cuidada: além de formas espanholas que escaparam na versão portuguesa, por vezes adivinham-se construções do castelhano.

António Andrade em *Demonstrativos e [ana]fóricos em Latim* estuda o sistema dos chamados pronomes demonstrativos. Abordando o complexo problema da referência, oferece ao leitor o enquadramento teórico para distinguir as funções deíctica, fórica e enfática, apresenta a proposta estruturalista de Mariner Bigorra, dá conta da reestruturação do sistema no latim tardio e, por fim, observa o tratamento da questão nas gramáticas e manuais de latim.

Como é comum em publicações do género, a estes textos segue-se uma secção de recensões e uma outra de notícias e informações. Neste ponto merece elogio, pela sua utilidade, o apartado *Temas clássicos na Internet.*

Belmiro Fernandes Pereira

CRISTINA MELLO — *O Ensino da Literatura e a Problemática dos Géneros Literários*, Coimbra, Almedina, 1998.

"Tem-se dito que o género constitui uma espécie de «força» sobre a literatura independentemente da sua função real – da reiteração, superação ou negação dos sistemas de géneros e dos cânones literários. De facto, o surgimento de propriedades estranhas aos códigos dominantes dos géneros literários, num determinado período, não anula a importância dos géneros e dos modos. Ao lermos obras como o *Ulisses* de James Joyce, impõe-se-nos a força do arquitexto, ainda que, neste caso, a tendência para a transgressão do conceito de género não deixe de ser menos evidente. Com efeito, a multímoda utilização de procedimento constitui a armadura singular das obras literárias, mas, não obstante a singularidade, é possível determinar famílias de obras, estilos de autores, classes históricas e apontar procedimentos literários recorrentes – afinal, os universais literários" (p. 36).

Eis como, com uma orientação definida com o máximo de clareza, rigor e simplicidade, na Tese de Doutoramento *O Ensino da Literatura e a Problemática dos Géneros Literários* Cristina Mello faz uma lúcida síntese da base teórica da obra a que lançou mãos, aflorando, ainda que de muito leve, as curvas do caminho. Onde a Autora, como sublinha Carlos Reis no Prefácio, "desenvolveu uma actividade ao mesmo tempo dinâmica e humilde, generosa e enriquecedora (...) com uma solidez que o leitor interessado facilmente reconhecerá" (p. 3).

Por acordo natural e estrategicamente assente, ocupar-me-ei um pouco mais da primeira parte, *Géneros Literários e Estudos Literários*, ficando a cargo de Isabel Margarida Duarte a articulação com a segunda e a terceira, que com ela se harmonizam, ainda que de todas seja possível fazer uma consulta – não digo uma leitura – relativamente autónoma, facto que a própria autora, com uma rápida, discreta e eficaz reiteração, propicia. Assim, se a leitura integral da obra, como de todo o bom livro, a si mesma se sustenta, é possível a um leitor experiente um fácil contacto com estas quatrocentas páginas ensaísticas, passando-lhes atentamente o olhar. Gostaria de salientar algumas das características da parte introdutória, *Géneros Literários e Estudos Literários*, que aborda um assunto que, sendo "um dos domínios mais fecundamente visados pela moderna teoria da literatura" (Carlos Reis, p. 3), desde logo promete um estudo qualitativa e quantitativamente de grande porte. Nela, a distinção fundamental modo/género, é estabelecida com rara clareza. Cito: "Em termos didácticos, o conceito de modo literário é, de facto, de grande operacionalidade, precisamente por designar categorias abstractas e trans-históricas do discurso, que se manifestam nos textos literários. A utilização do conceito de género literá-

rio na prática didáctica é menos problemática do que a do conceito de modo, este menos assimilado e ensinado pelos professores, embora correntemente adoptado nos estudos literários e correspondendo à tripartição clássica: modo narrativo, dramático e lírico" (pp. 48/49). Uma distinção mais longamente explicitada e progressivamente aceite mas que, no momento fundamental de dimensão abreviada e pragmaticamente impossível de errar que é o dos títulos, assume ainda como termo guarda-chuva, englobante de modo e género, o segundo termo. Daí o título da Tese e suas subdivisões.

Pela exaustividade, solidez e singeleza com que a elaborou, Cristina Mello oferece nesta primeira parte da Tese, ao público de língua portuguesa, um instrumento de trabalho de rara qualidade que, mesmo sem a articulação superveniente, poderia merecer, creio, publicação autónoma, e vai decerto tornar-se uma utilíssima leitura para a generalidade dos que se ocupam dos Estudos Literários. Para além desta globalidade cerrada e, no entanto, sem excessos, que só a leitura poderá dar, salientarei de passagem, por exemplo, o modo eficaz como se faz a apresentação da tradição clássica versus romântica, fazendo-se decorrer da segunda, de reflexão rica mas não sistemática, a tradição da modernidade, a profunda liberdade artística modernista e pòsmodernista e, claro, o surgimento do romance, que "obrigou a teoria dos géneros a refundir-se radicalmente, uma vez que, segundo Baktine, se mantinha substancialmente estável desde Aristóteles (p. 56)". "Neste sentido, o conceito de género funciona como um horizonte teórico dinâmico (tanto na produção como na recepção) capaz de sofrer alterações e receber novas configurações" (p. 58). Repito: dificilmente não aprende nada ou muito quem ler seriamente este percurso sistemático.

Se é certo que "Ás certezas da filologia tradicional, respondem, hoje, hermenêuticas que estão longe de acreditar numa verdade possível", a sequência do livro, apoiada numa diversidade de materiais que vão da legislação em vigor a numerosas publicações de didática e de didática da literatura, a dados reais de docentes e discentes, aponta rumos concretos onde articular estes múltiplos corpus de reflexão. Reclamando-se de uma pedagogia não individualista (p. 106), que complementarmente reconhece que "Por mais percursos de orientação didáctica que se produzam (...) surgirão sempre problemas na prática pedagógica (p. 342), a sequência do livro, muito para além da validade de cada estratégia exposta, respectivamente centrada em *Frei Luís de Sousa, Os Maias e Orfeu Rebelde,* vai proporcionando a imagem do aluno "maieuticamente amparado (p. 95)" pelo professor, com o reconhecimento da "óbvia necessidade de incentivar processos práticos de leitura que obriguem a memória a funcionar desde um primeiro contacto com o texto. Trata-se de treinar as direcções do olhar (p. 100)". "Constroi-se a leitura [escreve Cristina Mello, de uma maneira que estabelece mais que certo consenso na diversidade tipológica e diacrónica das abordagens possíveis], constroi-se a leitura, dizia, entre a compreensão subjectiva, feita de intuição, de adivinhação espontânea, e a compreensão objectiva, baseada em associações que se estabelecem entre os diversos níveis do texto (p. 102). Ou, ainda nas suas palavras, a leitura "implica a compreensão intuitiva, a descrição analítica e a síntese interpretativa (p. 110)". De onde decorre, em propostas claramente empenhadas na mudança, o reconhecimento da "pertinência do saber acumulado (p. 107)". E onde se declara, embora relativizando a questão do insucesso dos alunos na leitura literária (...) onde o professor não é o único mediador (p. 104)", o papel docente na sua plena e tradicional dignidade. Cito: "... qualquer professor, enquanto mestre, sabe que deve preten-

der a promoção da inteligência, da perspicácia e da sensibilidade do aluno (p. 104)". "O professor, mesmo quando não consegue romper barreiras e resistências, não deixa de dar o seu testemunho pessoal para uma importante vocação pedagógica do ensino da literatura – a de contribuir para a formação humanística do indivíduo (p. 104)". Um objectivo onde, tanto ou mais do que nas diversas faces de glosa poliédrica, se revestirá de efectiva relevância "a formação científica, pedagógica e cultural do professor, e ainda a sua sensibilidade e bom senso (p. 291)". Apoiada neles e num saber serenamente assimilado, facilmente se encara a conciliação teórico-prática de atitudes *a priori* dadas como antagónicas, por hipótese, dedutiva versus indutiva (pp. 120/123). Exemplifico: "Quanto ao ensino das categorias genológicas, consideramos de toda a pertinência o método dedutivo, através do qual o professor apresenta uma explicação teórica dos conceitos, seguida de exemplificações. No entanto, sem um contacto estreito com os textos, torna-se impossível uma aprendizagem eficaz das próprias categorias. Somente através de situações de leitura e actividades, tendendo para o reconhecimento, análise e interpretação das categorias, o aluno-leitor poderá desenvolver as suas competências genológicas, ampliando o conhecimento das formas literárias (p. 404/5)". Uma atitude que, na conclusão da obra, ecoa, assumido o tempo-espaço de experimentação real, de carácter bifronte (p. 126), que a segunda parte, *Configuração e Recepção dos Géneros* postulava, na conclusão do seu fundamental primeiro capítulo: "Os géneros são uma espécie de estrutura compósita que a literatura realiza. Como categoria compósita e abstracta, não os podemos conceber de modo unívoco, mas apenas intuir, conceptualizar e racionalizar a sua realização nas obras, já que, como dizem Lacoue-Labarthe e Nancy, (...) «On ne peut jamais *voir* le genre littéraire» (p. 162)".

Quem conheça de longa data Cristina Mello não encontrará nunca como ausência neste livro, todo ele de palavras rigorosamente medidas, a *Metade Silêncio* (cito um livro de poemas da Autora, de 1992) onde se afirma a "memória dos afectos (p. 17)". Antes reconhecerá essa entevista "fissura da manhã (p. 15)" nas pequenas fissuras onde o discurso prescrito como universitário deixa entrever o lugar do referido afecto, algumas já citadas, outras de leve referenciáveis na qualidade de dedicatória ou agradecimentos, na primeira pessoa do singular. Uma mais valia sem preço, sem dúvida praticada pela autora, no acto pedagógico pleno como na arte de viver a que Platão chamou tão nobremente entusiasmo. E pela qual, através do docência de *Íon*, entendemos fazer parte de uma cadeia incandescente e alargada de força divina que se comunica em sucessivos graus. Cito a fala de Sócrates ao rapsodo Íon: "... esse dom que tu tens de falar sobre Homero não é uma arte (...) mas uma força divina, que te move, tal como a pedra a que Eurípides chamou de Magnésia e que a maior parte das pessoas chama pedra de Heracleia. Na verdade, esta pedra não só atrai os aneis de ferro como também lhes comunica a sua força, de modo que eles podem fazer o que faz a pedra: atrair os outros anéis, de tal modo que é possível ver uma cadeia de anéis de ferro ligados uns aos outros. E para todos é dessa pedra que a força deriva. Assim, também a musa inspira ela própria e, através destes inspirados, forma-se uma cadeia, experimentando outros o entusiasmo (Inquérito, p. 49)".

Escrevia em 92 a Autora: "Arde a terra/ quando escrevo nas fendas/ quando nas mãos deposito as feras/ e desafio a chama// As amarras desprendem-se/ como o vento/ até que a luz da noite/ alvejada seja por um nome (p. 7)". Sem duvidar que em cada acto pedagógico ateie e desafie a chama, ocorre-me divertidamente questionar a passagem da

tese em que propõe para *Os Maias* (p. 369) uma leitura de ritmo uniforme, em vinte e cinco dias, aliás, como ela própria sublinha, meramente exemplificativa. Porque nos casos em que, segundo as sábias palavras de Umberto Eco (*Porquê O Nome da Rosa*), não tenha o aluno ficado perdido nas faldas da colina (isto é, nas cem primeiras páginas do romance) ou providencialmente apoiado na mais do que cómoda escada de um resumo para tal uso, ocorre-me que lhe possa ter acontecido tornar-se leitor e, como tal, ter chegado ao cimo da montanha no tempo progressivamente acelerado que a memória do texto alimenta. "Força a memória/ [escreveu Cristina Mello, nesse livro de poemas que insisto em citar] essa insistência da tarde em ser luz/ até condoer-se em despojos (p. 26)". E ocorre-me ainda a célebre afirmação de que a cultura é o que fica depois de se ter esquecido tudo. Ou a antológica sequência de *Mulheres à espera* de Bergman em que um casal à beira da ruptura, fechado durante uma noite num elevador que avariou, reduzido à essencialidade de duas pessoas e mais nada, amanhece reconciliado.

Volto a Platão, ainda: "Confrontados arduamente uns com os outros, nomes, definições, percepções da vista e impressões dos sentidos, discutido com argumentos servidos pelo espírito de tolerância e não usando de má vontade nem nas perguntas nem nas respostas, a inteligência e a compreensão de cada uma das questões ilumina-se, com o máximo de intemsidade possível às forças humanas (Carta VII, fragmento traduzido por Albano Martins)". E depois? E Cristina Mello? E nós? Como ficaríamos, num elevador hipoteticamente avariado, após ter "esquecido" este livro em que acreditámos, que tanto sublinhámos, por algum tempo despojados de tudo o que julgámos indispensável suporte? Sem este livro? Sem nenhum livro à mão? Com essa mais valia essencial, imensa, baixa declinação do fogo contido na memória-pedra -de-magnésia onde "Um rasto acode/ perfuma a sílaba/ as paredes da mão (p. 9)". E compreendemos que se conclua: "Cresce o universo/ em fôlego/ na mão que apreende/ sem nada reter (p. 15)".

Vera Vouga

JOSÉ CARLOS MIRANDA — *A Demanda do Santo Graal e o ciclo arturiano da Vulgata*, Porto, Granito, 1998, 287 pp. e *Galaaz e a ideologia da linhagem*, Porto, Granito, 1998, 215 pp.

A Demanda do Santo Graal tem sido votada a um injusto esquecimento pelos estudiosos portugueses e pelos especialistas da literatura arturiana em geral, que desvalorizam este texto alegadamente tardio e confuso face à ascética *Quête del Saint Graal.* [1] José Carlos Miranda, nos dois volumes que acaba de publicar e que resultam da sua tese de doutoramento, apresentada em 1993 à Faculdade de Letras do Porto, demonstra que a Demanda Portuguesa é preciosa não só pela coerência ideológica e diegética que, apesar das interpolações, apresenta, mas também por se tratar de um testemunho único de um dos textos que terão constituído a segunda fase do ciclo romanesco construído em torno do *Lancelot en Prose*, que, redigida por volta de 1230, terá transitado para Portugal em meados do século XIII. Os fragmentos galego-portugueses da *Continuação do Merlim* [2] e o manuscrito do *José de Arimateia* [3] que ainda hoje subsistem terão pertencido ao mesmo ciclo.

A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata retoma o título e as duas primeiras partes da tese de doutoramento e é, sem dúvida, o mais denso e inovador dos dois volumes, ainda que o público a que se destina seja menos vasto, já que pressupõe o conhecimento de um enorme conjunto de textos — praticamente todos os romances arturianos em prosa francesa redigidos até c.1230. Desde que, em 1966, Fanni Bogdanow publicou *The Romance of the Grail*, onde defendia que a Demanda Portuguesa era a tradução de um romance pertencente a um ciclo tardio (a que chamou «ciclo da post-vulgata») que visava corrigir as incoerências diegéticas e ideológicas do chamado

---

[1] Nos anos 90, saíram já duas obras sobre a Demanda Portuguesa: *Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur* (S. Paulo, Íbis, 1995) de Lênia Mongelli e *Le Graal Ibérique et ses rapports avec la littérature française* (Paris, 1992) de Irene Nunes. Esta última, uma tese de doutoramento orientada por Daniel Poirion e visando, como o trabalho de José Carlos Miranda, integrar o texto português na literatura francesa arturiana, ignora quase sempre a especificidade da *Demanda*, mesmo, por vezes, nos seus aspectos literais. Aceita sem as questionar as reconstituições textuais de Fanni Bogdanow, o que condiciona necessariamente a interpretação do romance, afastando-a da de J.C. Miranda.

[2] Cf. SOBERANAS, A. J — *La version galaico-portugaise de la "Suite du Merlin"*, in «Vox Romanica», 38, 1979, pp. 174-193.

[3] Cf. *The Portuguese Book of Joseph Arimathea*, ed. Henry Hare Carter, Chapel Hill, 1967.

ciclo da Vulgata, construindo-se já não em torno da figura de Lancelot, mas da de Artur e da história do seu reinado, ninguém ousara contradizer a tese da erudita filóloga. José Carlos Miranda, depois de uma meticulosa análise dos textos, chegou a várias conclusões que colidem com as de Bogdanow:

— A Demanda Portuguesa não resulta de uma refundição da *Queste del Saint Graal*: os dois textos descendem de um original comum.

— Não é a *Mort Artu* da Vulgata que está na origem da parte final da *Demanda do Santo Graal*: a primeira versão da queda do mundo arturiano era mais curta e vinha imediatamente após o fim da demanda, como acontece no romance português, que estará assim mais próximo da configuração inicial do ciclo.

— O ciclo do «Pseudo Robert de Boron», que deverá deixar de ser designado como ciclo da «post-vulgata», seria constituído pela *Estoire del Saint Graal* e pelo *Roman de Merlin* e a sua *Suite* («pré-histórias» da Demanda, que narram os primórdios do Graal e do reinado de Artur), pelo *Lancelot en Prose*, por uma primeira versão do *Roman de Tristan en Prose*, e ainda por um texto intermédio, que tem sido designado como *Folie Lancelot*, que faria a ligação entre o fim do *Lancelot* e o início da *Queste*. Este romance, o último do ciclo, terminava com a queda do mundo arturiano e era o original francês da Demanda Portuguesa. Era já uma refundição da primitiva *Queste-Galaad*, à qual acrescentara matéria proveniente do *Tristan en Prose* e da *Suite du Merlin*.

— Paralelamente à *Queste* do «Pseudo Robert de Boron», ter-se-ia constituído a chamada *Queste-Vulgata* — a *Queste del Saint Graal* editada por Pauphilet —, que não contém matéria tristaniana mas resulta de uma profunda refundição. Por um lado, o romance foi redigido segundo uma lógica não cíclica: retomando grandes partes da *Estoire* e eliminando sistematicamente as alusões ao fim do reino de Logres, parece funcionar autonomamente, como um romance isolado. Por outro lado, a refundição foi também ideológica: profundamente hostil à cavalaria cortês e marcado por uma espiritualidade ascética, o redactor da *Queste Vulgata* afastou-se resolutamente do que fora o espírito do primeiro ciclo arturiano, ainda visível, apesar das interpolações, na Demanda Portuguesa.

— A *Demanda do Santo Graal* é, portanto, o testemunho mais fiel da desaparecida *Queste-Galaad* que, com a *Estoire del Saint Graal* e o *Lancelot en Prose*, integrava o primeiro ciclo em prosa do Graal. O texto português, nas palavras de José Carlos Miranda, «surge assim como fruto de dois grandes momentos sucessivos de escrita, que produziram duas camadas que ora alternam ora se justapõem. A camada primitiva, correspondente à versão primitiva da *Queste del Graal* (...). A camada posterior, resultante das transformações e adições operadas aquando da expansão cíclica que resultou da elaboração do *Tristão em Prosa* e da *Continuação do Merlim* (...).» (p. 69)

Depois de devolver à *Demanda* o seu justo lugar no contexto da literatura do Graal e tendo delimitado os episódios pertencentes a cada um dos níveis redaccionais, (cf. descrição do nível primitivo, p. 249-63), o autor faz, na segunda parte do volume, um estudo detalhado da diegese do nível primitivo e das suas relações textuais com o restante universo arturiano.

Naturalmente, não podemos apresentar nestas breves páginas senão as conclusões finais a que chegou José Carlos Miranda: conclusões espectaculares, já que põem em causa toda a complexa arquitectura dos ciclos arturianos, e aparentemente discutíveis, nesta resenha em que aparecem descontextualizadas. Na verdade, o autor vai-nos persua-

dindo a pouco e pouco dos seus pontos de vista, através de uma argumentação convincente que se baseia num minucioso trabalho de colação dos mais variados textos: é que o estudo da relação entre a *Demanda do Santo Graal* e a *Queste-Vulgata* não depende apenas de uma análise das várias versões destes dois textos, pois os romances arturianos em prosa constituem uma intrincada rede que se complica com as frequentes interpolações, remissões cruzadas ou falsas indicações redaccionais. Consciente do carácter por vezes especulativo das reconstituições a que se dedica, J.C. Miranda retoma o assunto que já evocava em epígrafe (*Résignons-nous à faire la part très large aux hypothèses; elles sont permises à l'historien, à condition qu'il ne les prenne pas pour des certitudes* — Marc Bloch) e afirma na Conclusão: «... a identificação, na *Demanda do Santo Graal*, daquilo que terá pertencido à primitiva *Queste*, redigida para dar sequência ao *Lancelot*, não é mais do que uma hipótese que suscita naturalmente inúmeros pontos de dúvida, alguns deles necessariamente em aberto.» (p. 247)

Ora, alguns pontos de dúvida suscitou-nos a definição dos dois níveis do romance. Por uma questão de delimitação do objecto de estudo, J.C. Miranda optou por analisar apenas o primeiro nível; compreende-se que não tenha podido justificar sistematicamente as suas escolhas porque isso equivaleria por vezes a analisar também com alguma profundidade a matéria não primitiva. Naturalmente, os episódios comuns à *Queste* da Vulgata e à *Demanda* não põem problemas: não há dúvidas de que pertencem ao nível primitivo, que remonta à fonte dos dois textos. Há no entanto alguns episódios aparentemente privativos da *Demanda* e incluídos pelo autor do estudo no nível primitivo que me parecem, pelas suas características temáticas, pertencer à matéria tristaniana. Duas hipóteses podem pôr-se neste caso:

1 — Trata-se de episódios que pertencem originariamente à matéria do *Tristan* ou da *Suite du Merlin* que, por se encontrarem alterados, não foram identificados como tal.

2 — Trata-se de episódios que pertencem à matéria da *Queste* mas que foram alterados através da introdução de motivos ou temas especificamente tristanianos. [4]

Este não é o lugar para desenvolver a análise destes passos problemáticos da tradição textual; serve, porém, esta oportunidade para manifestar a convicção de que a *Demanda* merece ainda um novo estudo de fôlego, complementar do que aqui apresentámos, que deverá centrar-se já não sobre a matéria primitiva mas sobre os episódios tristanianos.

Galaaz e a Ideologia da Linhagem, versão modificada da terceira parte da tese de doutoramento de José Carlos Miranda, retoma a análise do romance partindo das teses expostas no volume anterior, de que se apresenta uma breve síntese na Introdução para,

---

[4] A biografia da tia de Perceval, por exemplo, é diferente nas duas versões da *Queste* que conhecemos e J. C. Miranda confessa não saber qual seria a versão original (cf. p. 211). Ora, se na *Queste del Saint Graal* a tia de Perceval explica simplesmente que, morto o seu senhor, se refugiou na floresta com medo de ser assassinada (Pauphilet, p. 80-81), na Demanda Portuguesa, o narrador informa-nos de que ela fora perseguida pelo rei Artur, que a amava, mas conseguira resistir-lhe graças à sua grande virtude. Na hora da morte, apareceria ao rei anunciando-lhe que o pecado o levaria ao Inferno. Esta imagem negativa de Artur, um rei marcado pela luxúria à imagem de Marc, é típica da matéria tristaniana e está bem patente na história da concepção de Artur o Pequeno. Parece portanto mais provável que seja a versão da Vulgata a que, neste caso, se encontra mais próxima do original.

deste modo, «possibilitar ao leitor a abordagem do conteúdo do presente livro com alguma autonomia, ou, pelo menos, permitir-lhe encarar de forma independente a problemática específica que ele trata» (p. 5). Tanto as relações intertextuais com os outros romances do ciclo e com a *Queste* da Vulgata como as especificidades da Demanda Portuguesa são agora objecto de uma interpretação que privilegia a construção das personagens e as ressonâncias ideológicas da obra, pondo em prática um dos pressupostos metodológicos enunciados no volume anterior segundo o qual, para evitar anacronismos, o estudioso de literatura arturiana deve ter em conta as condições concretas de produção e recepção dos textos: os romances cíclicos do Graal, que tinham como destinadoras e destinatárias as casas senhoriais francesas, reflectem a visão do mundo da nobreza feudal e constituem um instrumento importante de legitimação e elaboração mítica ao serviço de uma certa visão da Cavalaria e da sua relação com a Realeza.

A preferência da *Demanda* por temáticas de natureza ético-política, como a da linhagem ou da necessidade de reforma da Cavalaria, vem confirmar a inclusão deste romance no ciclo do «Pseudo-Robert de Boron» e a sua proximidade em relação ao primeiro ciclo em prosa, já que mantém as preocupações do *Lancelot en Prose* e da *Estoire del Saint Graal*, muito diversas das considerações meramente espirituais e anti-cavaleirescas da *Queste-Vulgata*, que constitui com efeito, seja qual for a perspectiva adoptada, um caso *sui generis* da literatura arturiana. Ao contrário do protagonista deste romance, o Galaaz da Demanda Portuguesa é uma personagem dotada de personalidade e não um abstracto cumpridor de profecias; herói modelar pelo valor guerreiro e pela santidade, é um Lancelot renovado, o cavaleiro que ele teria sido se não tivesse cometido o pecado de amar Genevra. Através desta personagem, é a uma Cavalaria livre dos seus vícios mais frequentes — do orgulho, da luxúria e da violência gratuita — que se aspira, mas os valores que se defendem são ainda, em grande parte, os do *Lancelot en Prose*.

Porém, não são apenas as qualidades morais de Galaaz que o designam como o cavaleiro do Graal. Herdeiro de três linhagens santas — a de Nascião, o primeiro cavaleiro cristão, a de David, o rei bíblico, e a de José de Arimateia, o primeiro guardião do Graal —, Galaaz apresenta «um grau máximo de predestinação», o que não impede que a aventura do Graal diga respeito a toda a Cavalaria. A hierarquização dos heróis da demanda — dos mais reprovados aos mais santos — depende sempre, aliás, de subtis e matizadas combinações de graça e santidade, de predestinação genealógica e valor cavaleiresco. Por outro lado, a rivalidade entre as linhagens do rei Ban e do rei Loth, que levará à destruição do reino de Logres através dos múltiplos crimes perpetrados por Gauvain e seus irmãos e, sobretudo, da denúncia de Lancelot e Genevra por Agravain, inscreve o texto português no contexto cíclico, pois prepara a *Mort Artu* e retoma um tema que já vem do *Lancelot en Prose*.

Naturalmente, a *Demanda* rompe com a tradição, central no romance cortês, do amor como fonte de proeza e procede a uma desvalorização da figura feminina que vai de par com uma firme defesa da virgindade, mas também com a crescente mitificação da linhagem, «concebida como rígida estrutura de sucessão masculina» (p. 194). É que, ao contrário da Queste del Saint Graal, que ao arrepio de toda a tradição cíclica se bate por ideais monásticos, a *Demanda* Portuguesa é ainda uma peça fundamental na construção do «grande mito cavaleiresco».

Ana Sofia Laranjinha